



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 013/2023

A Comissão de Licitações da UFSM, sediada na Cidade Universitária, em Santa Maria/RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação, na Modalidade CONCORRÊNCIA, **do tipo maior oferta**, para **PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA EM TERRENO E EM TORRE DE TRANSMISSÃO EM PROPRIEDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA NO MORRO DAS ANTENAS, NO BAIRRO CATURRITA, COM CONTRAPARTIDA DA MANUTENÇÃO, ENERGIA ELÉTRICA, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DO LOCAL** conforme especificado no item nº 2 deste Edital, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21/06/93, alterada por legislação posterior, e Decreto n. 4.485, de 25 de novembro de 2002 e conforme consta no processo **23081.069640/2023-81**.

1. Os ENVELOPES nº 01 (documentação) e nº 02 (proposta) serão recebidos pela Comissão de Licitações da UFSM, na Sala 666, 6º pavimento do Edifício da Administração Central, na Cidade Universitária.

Data limite para entrega dos envelopes nº 01 (documentação) e nº 02 (proposta):

Dia **06/03/2024** até às **09:00 h**.

Datas de abertura dos envelopes:

1ª abertura – **06/03/2024** até às **09:00 h**. (envelope nº 01)

2ª abertura – **15/03/2024** até às **09:00 h**. (envelope nº 02)

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Esta licitação tem por objeto **PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA EM TERRENO E EM TORRE DE TRANSMISSÃO EM PROPRIEDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA NO MORRO DAS ANTENAS, NO BAIRRO CATURRITA, COM CONTRAPARTIDA DA MANUTENÇÃO, ENERGIA ELÉTRICA, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DO LOCAL**

- A. O presente objeto trata de terreno de propriedade da Universidade Federal de Santa Maria localizado no Morro das Antenas, também conhecido como Morro Caturrita, no Bairro Caturrita, limite com o distrito de Santo Antônio.
- B. Neste terreno, está instalada uma torre de telecomunicações e um abrigo com equipamentos de transmissão da Rádio UniFM (107.9) e o link da TV Campus (Canal 15), emissoras públicas mantidas pela Coordenadoria de Comunicação Social, que, por sua vez, está vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento da UFSM.

2.2. DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS ÁREAS CEDIDAS À LICITANTE VENCEDORA:

- A. A Licitante Vencedora poderá utilizar qualquer um dos lados da estrutura da torre de transmissão, desde a base até a altura de 25 metros, sujeita a alerta sobre a estrutura da mesma. Em caso de instalações que possam alterar significativamente a carga de peso ou a carga de vento, a UFSM poderá exigir um laudo técnico que comprove a ausência de riscos à torre.
- B. A Licitante Vencedora poderá ocupar uma área exclusiva de no máximo 5m x 5m no terreno para instalar um abrigo móvel do tipo container. É permitido utilizar uma base de concreto existente, ampliá-la ou construir uma nova, respeitando sempre o limite máximo de 5m x 5m. A área não pode obstruir acessos ou movimentação de equipamentos ou interferir no esteiramento de cabos instalados entre a torre e o abrigo da UFSM, onde estão equipamentos da Rádio UniFM e da TV Campus. A ampliação ou construção de uma nova base compete à Licitante Vencedora.
- C. O espaço cedido não pode ser sublocado nem usado para instalação de antenas de terceiros.

2.3. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

- A. A Licitante Vencedora deve arcar com os custos do consumo de energia elétrica de toda a área, incluindo o dos equipamentos da UFSM.
- B. A Licitante Vencedora deverá providenciar o sistema de videomonitoramento de segurança, a limpeza e a manutenção da área comum, incluindo reparos e cercamento e iluminação da área comum. As benfeitorias, os equipamentos e os materiais incorporados ao espaço comum devem permanecer instalados após o término do Termo de Permissão.
- C. A Licitante Vencedora é responsável pela troca e/ou manutenção de peças e equipamentos, incluindo os que se referem à segurança, no prazo máximo de 15 dias corridos após a identificação do problema e/ou notificação da UFSM.
- D. A Licitante Vencedora não pode danificar, alterar ou substituir qualquer equipamento ou material da UFSM na torre ou no esteiramento para cabos. Não são permitidas quaisquer alterações na estrutura da torre.
- E. A Licitante Vencedora deve exigir que seus funcionários ou terceirizados usem equipamentos de proteção individual (EPIs) e cumpram as normas técnicas. A empresa é responsável por acidentes com esses trabalhadores.
- F. Os equipamentos da UFSM, utilizados para a transmissão dos sinais das emissoras UniFM (107.9) e TV Campus (Canal 15), são prioritários. Qualquer interferência no correto funcionamento dos equipamentos da UFSM causada pela Licitante Vencedora e seus colaboradores deve ser comunicada com urgência para que o reparo seja providenciado, conforme a situação.
- G. Os equipamentos da Licitante Vencedora são considerados secundários em relação aos da UFSM. Qualquer interferência nos equipamentos da Licitante Vencedora deve ser resolvida pela empresa por meio de modificações em sua própria aparelhagem.



- H. Será de responsabilidade exclusiva da Empresa os eventuais prejuízos aos bens e serviços de sua propriedade que decorrerem de interrupção no fornecimento de energia elétrica, intempéries climáticas e/ou situações relacionadas e fora do controle da UFSM.
- I. A Licitante Vencedora deverá notificar imediatamente a UFSM sobre todo defeito ou anomalia encontrado no local, considerando, inclusive, a Torre e tudo nela instalado.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 DA DOCUMENTAÇÃO (ENVELOPE Nº 1)

As licitantes poderão participar da presente licitação sob duas formas:

3.1.1 Empresas com documentos validados no SICAF, nos níveis I, II, III, IV e VI.

3.1.2. Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, de interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução e liquidação, de consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição, estando também abrangidos pela proibição aqueles que tenham sido punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, ou declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública. **Será verificada online a ocorrência de registro de penalidades junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativas – CNJ, Lista de Inidôneos do TCU e Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.**

3.2. Empresas que não estiverem inscritas junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

3.2.1.1. Apresentar, em uma única via, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, da documentação relativa à habilitação jurídica; à qualificação econômico-financeira; à regularidade fiscal e à qualificação técnica, conforme o seguinte:

I - Habilitação Jurídica:

a) Cédula de identidade;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

f) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública;

II - Qualificação Econômico Financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

III - Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

b) Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - Qualificação Técnica:

a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

3.3. Todas as licitantes deverão apresentar no dia da entrega dos envelopes:

a) Declaração de inexistência de fato superveniente de responsabilidade da licitante, podendo ser usado o modelo do Anexo 1 deste Edital.

b) Termo de Desistência Recursal, se for o caso, podendo ser usado o modelo constante no Anexo 2 deste Edital. (não constitui documentação obrigatória)

c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no anexo 3 deste Edital.

d) Declaração de Elaboração independente de proposta, conforme modelo anexo 04 deste edital.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitido pela Justiça do Trabalho. A validação da certidão, apresentada pela licitante, será verificada on line, pela Comissão de Licitações, na fase de habilitação.



3.4. A documentação deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES AVENIDA RORAIMA, 1000 SALA 666, REITORIA/UFSM – CEP 97.105-900 CONCORRÊNCIA Nº _____ DIA ____/____/_____, às _____ horas ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO CNPJ DA EMPRESA: _____ RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____
--

4. DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 2)

4.1. A proposta deverá ser apresentada devidamente datada, assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

4.2. A proposta deverá conter **o valor de retribuição mínima mensal à Universidade**, pela ocupação da área física, torre e terreno, o qual não poderá ser inferior a **R\$ 100,00** (cem reais).

4.3. Será desclassificada a proposta que esteja em desacordo com o Edital, bem como as que forem manifestamente inexeqüíveis ou, ainda, apresentada em papel de uso em aparelho fac-símile.

4.4. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CAMPUS UNIVERSITÁRIO – SANTA MARIA/RS- CEP: 97105-900 COMISSÃO DE LICITAÇÕES AVENIDA RORAIMA, 1000 SALA 666, ED. REITORIA NÚMERO da CONCORRÊNCIA _____ DIA ____/____/_____, às _____ HORAS ENVELOPE 02 - PROPOSTA CNPJ _____
--

5. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1. No dia, hora e local marcados, a sessão de entrega e abertura dos envelopes terá início pela apresentação de credenciais, quando for o caso, de um único representante de cada empresa, ao Presidente da Comissão de Licitações, para exame. Feito isso serão abertos os envelopes fechados contendo os documentos exigidos e as propostas.

5.2. Após a habilitação, não havendo, das participantes, intenção de recurso, o que poderá ser expresso nos termos do modelo anexo 2 deste edital, bem como consignado em ata, proceder-se-à abertura dos envelopes nº 02 (propostas), podendo ser efetuada no primeiro dia útil

subseqüente, a critério do Presidente da Comissão de Licitações. Havendo a intenção de recurso, a data para abertura do envelope nº 02 será ao constante do item 01 deste Edital, desde que julgados todos os recursos.

5.3. A Comissão de Licitações rubricará as documentações e propostas apresentadas, submetendo as mesmas ao exame e rubrica dos representantes credenciados presentes na sessão.

5.4. Havendo recurso, o Presidente da Comissão de Licitações deverá registrar em ata as razões que a determinaram e sua decisão, podendo reter documentos que a instruem.

5.5. Será franqueado aos proponentes o exame da documentação e das propostas, podendo qualquer um deles solicitar o registro de observações que entender conveniente, desde que o faça no momento próprio, anunciado pelo Presidente da Comissão de Licitações, não sendo registrada em ata qualquer intervenção intempestiva.

5.6. Fica reservado à Comissão de Licitações, que julgará a presente licitação, o direito de acatar ou não as impugnações ou observações registradas em ata.

5.7. As dúvidas que surgirem durante a reunião serão, a juízo do Presidente da Comissão de Licitações, por este resolvidas na presença das licitantes, devendo o fato e sua decisão ser registrado em ata.

5.8. Para os fins acima, a credencial de que trata o subitem 5.1 deverá ser através da indicação no cadastro da empresa no SICAF, a qual concede poderes ao representante credenciado, inclusive para deliberar, interpor e/ou renunciar a recursos.

5.8.1. O Representante Credenciado no SICAF poderá ser substituído por preposto indicado pela Empresa, desde que este apresente procuração, a qual conceda poderes para representar a licitante, inclusive para deliberar, interpor e/ou renunciar a recursos.

6. JULGAMENTO

6.1. A Comissão de Licitações adjudicará a proposta mais vantajosa para a administração, através do seguinte critério:

- a) O maior valor ofertado a título de retribuição mensal à UFSM, pela ocupação da área física, a partir do mínimo exigido no subitem 4.2, obedecidas as demais condições deste Edital.
- b) Havendo empate no valor máximo ofertado, a escolha da Licitante Vencedora far-se-á por sorteio.

7. ADJUDICAÇÃO

7.1. Após a adjudicação, o objeto especificado no item 2 deste Edital será deferido a Licitante Vencedora mediante Termo de Permissão, nos termos da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, cuja minuta anexa é parte integrante deste Edital, como se aqui estivesse transcrita.



7.2. O Termo de Permissão deverá ser retirado, assinado e devolvido pela Licitante Vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da convocação feita pela UFSM, sob pena de decair o direito à Permissão.

8. SANÇÕES CONTRATUAIS

8.1. As sanções contratuais são as previstas no artigo 77, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

8.1.1. A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Termo de Permissão.

8.2. Na hipótese de atraso no pagamento da retribuição, devida pela PERMISSIONÁRIA, acrescer-se-á correção monetária calculada por índices oficiais, até o seu efetivo pagamento, bem como de juros de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total devido no primeiro mês, a partir do segundo mês de inadimplemento será cobrado 4% (quatro por cento).

8.2.1. Decorridos 60 (sessenta) dias de atraso no pagamento da retribuição, o Termo de Permissão será automaticamente rescindido, sem prejuízo da cobrança de multas previstas no presente Termo de Permissão e penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

8.3. Será passível de penalidade a Licitante Vencedora que infringir qualquer dispositivo legal (federal, estadual e/ou municipal); não cumprir quaisquer dos itens deste Edital de Concorrência e/ou desobedecer às normas e procedimentos emanados da Pró-Reitoria de Infraestrutura/UFSM, complementares a este Edital.

8.3.1. As penalidades a serem aplicadas são:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Cancelamento da Permissão e conseqüente anulação da Licença de Funcionamento.

8.3.1.1 A multa para qualquer infração ao que estabelece o presente Edital será de valor único e igual a três vezes o valor da retribuição mensal.

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Os recursos administrativos cabíveis são os previstos nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar esta licitação, sem que caiba aos participantes, direito à reclamação ou indenização.

10.2. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no artigo 41, § 2º, da Lei 8.666/93.

10.3. A proposta apresentada terá validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de abertura do ENVELOPE nº 02.

10.4. A Licitante Vencedora obriga-se a manter, durante toda a vigência da Permissão, as condições de qualificação e habilitação exigidas neste edital.

10.5. A qualquer tempo a UFSM, poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificação em questão, conforme artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

10.6. No caso de não haver expediente no dia marcado para a realização desta licitação, esta será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.

10.7. Para a participação deste certame, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste certame, ou de outra forma que não relacionada a este certame, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

10.8. Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente acordo o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.

10.9. Cópias deste Edital, estão disponíveis para download no portal site.ufsm.br.

10.10. Dúvidas, informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento das regras desta licitação, bem como outros pedidos de esclarecimentos, deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitações através do e-mail pregao@ufsm.br



ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A Empresa _____, inscrita
sob o CNPJ nº _____/_____-_____, sediada na cidade de
_____Estado _____ à rua
_____, nº _____ bairro
_____, CEP _____-_____, Fone:
_____, Fax _____, declara sob as penas da lei, que até a
presente data:

- A) **Inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação no presente processo licitatório.** bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- B) Não possuem em seu quadro societário nenhum Servidor Público Federal, salvo na forma excetuada no inciso X do artigo 117 de Lei 8112/90.
- C) não possui em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da UFSM, conforme dispõe o inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93.

Santa Maria, ____ de _____ de ____.

Assinatura

Nome do Declarante

Nº Cédula de Identidade:

ANEXO 2

TERMO DE DESISTÊNCIA RECURSAL

A Empresa _____ CNPJ n _____,
por intermédio de seu Representante legal _____ (conforme
documento em anexo), no presente ato e na melhor forma de direito, vem DESISTIR de
qualquer recurso cabível relativo à fase de habilitação referente a Concorrência n.
_____ promovida pela Universidade Federal de Santa Maria, de acordo com o Artigo
43, III da Lei n. 8.666, de 21.06.93, alterada pela Lei n. 8.883/94.

Santa Maria, _____ de _____ de _____.



ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador (a) da Carteira de Identidade
nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins
do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei
nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO 04

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

ANEXO I

Termo de Permissão ____/202__

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, inscrita no CNPJ. Nº 95.591.764/0001-05, sediada na Cidade Universitária, Santa Maria, neste ato representada pelo seu representante legal, outorga a Permissão de uso do espaço físico para a empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida em _____, neste ato representada pelo seu representante legal, a seguir denominadas PERMITENTE e PERMISSIONÁRIA, respectivamente, com o fim específico de **PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA EM TERRENO E EM TORRE DE TRANSMISSÃO EM PROPRIEDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA NO MORRO DAS ANTENAS, NO BAIRRO CATURRITA, COM CONTRAPARTIDA DA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DO LOCAL** conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo de Permissão, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21.06.93, alterada por Legislação Posterior, e Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, em face do que consta do Processo **23081.069640/2023-81** e da proposta da Empresa Vencedora da **Concorrência 013/2023**, que faz parte integrante do presente Termo de Permissão como se aqui estivesse transcrita, resolvem firmar o presente Termo, para o fim acima e de acordo com o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

A PERMISSIONÁRIA receberá da PERMITENTE a área física (terreno e torre), localizada no morro das antenas, com as características e funcionalidades definidas nas subcláusulas subseqüentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:

A permissão de uso trata de terreno de propriedade da Universidade Federal de Santa Maria localizado no Morro das Antenas, também conhecido como Morro Caturrita, no Bairro Caturrita, limite com o distrito de Santo Antônio.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA:

Neste terreno, está instalada uma torre de telecomunicações e um abrigo com equipamentos de transmissão da Rádio UniFM (107.9) e o link da TV Campus (Canal 15), emissoras públicas mantidas pela Coordenadoria de Comunicação Social, que, por sua vez, está vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento da UFSM.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA:

A PERMISSIONÁRIA poderá utilizar qualquer um dos lados da estrutura da torre de transmissão, desde a base até a altura de 25 metros, sujeita a alerta sobre a estrutura da mesma. Em caso de instalações que possam alterar significativamente a carga de peso ou a carga de vento, a UFSM poderá exigir um laudo técnico que comprove a ausência de riscos à torre.

SUBCLÁUSULA QUARTA:

A PERMISSIONÁRIA poderá ocupar uma área exclusiva de no máximo 5m x 5m no terreno para instalar um abrigo móvel do tipo container. É permitido utilizar uma base de concreto existente, ampliá-la ou construir uma nova, respeitando sempre o limite máximo de 5m x 5m. A área não pode obstruir acessos ou movimentação de equipamentos ou interferir no esteiramento de cabos instalados entre a torre e o abrigo da UFSM, onde estão equipamentos da Rádio UniFM e da TV Campus. A ampliação ou construção de uma nova base compete à PERMISSIONÁRIA.

SUBCLÁUSULA QUINTA:

O espaço cedido não pode ser sublocado nem usado para instalação de antenas de terceiros.

SUBCLÁUSULA SEXTA

A permissão de uso se dará para realização de atividades que não acarretem prejuízo à operação da Universidade, através da comunicação pública da Rádio UniFM (107.9) e da TV Campus (Canal 15).

CLÁUSULA SEGUNDA *DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:

A PERMISSIONÁRIA deve arcar com os custos do consumo de energia elétrica de toda a área, incluindo o dos equipamentos da UFSM.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA:

A PERMISSIONÁRIA deverá providenciar o sistema de videomonitoramento de segurança, a limpeza e a manutenção da área comum, incluindo reparos, cercamento e iluminação da área comum. As benfeitorias, os equipamentos e os materiais incorporados ao espaço comum devem permanecer instalados após o término do Termo de Permissão.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA:

A PERMISSIONÁRIA é responsável pela troca e/ou manutenção de peças e equipamentos, incluindo os que se referem à segurança, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após a identificação do problema e/ou notificação da UFSM.

SUBCLÁUSULA QUARTA:

A PERMISSIONÁRIA não pode danificar, alterar ou substituir qualquer equipamento ou material da UFSM na torre ou no esteiramento para cabos. Não são permitidas quaisquer alterações na estrutura da torre.



SUBCLÁUSULA QUINTA:

A PERMISSIONÁRIA deve exigir que seus funcionários ou terceirizados usem equipamentos de proteção individual (EPIs) e cumpram as normas técnicas. A mesma é responsável por acidentes com esses trabalhadores.

SUBCLÁUSULA SEXTA:

Os equipamentos da UFSM, utilizados para a transmissão dos sinais das emissoras UniFM (107.9) e TV Campus (Canal 15), são prioritários. Qualquer interferência no correto funcionamento dos equipamentos da UFSM causada pela PERMISSIONÁRIA e seus colaboradores deve ser comunicada com urgência para que o reparo seja providenciado, conforme a situação.

SUBCLÁUSULA SÉTIMA:

Os equipamentos da PERMISSIONÁRIA são considerados secundários em relação aos da UFSM. Qualquer interferência nos equipamentos da PERMISSIONÁRIA deve ser resolvida pela mesma por meio de modificações em sua própria aparelhagem.

SUBCLÁUSULA OITAVA:

Será de responsabilidade exclusiva da PERMISSIONARIA os eventuais prejuízos aos bens e serviços de sua propriedade que decorrerem de interrupção no fornecimento de energia elétrica, intempéries climáticas e/ou situações relacionadas e fora do controle da PERMITENTE.

SUBCLÁUSULA NONA:

A PERMISSIONARIA deverá notificar imediatamente a UFSM sobre todo defeito ou anomalia encontrado no local, considerando, inclusive, a Torre e tudo nela instalado.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO VALOR DA RETRIBUIÇÃO E DO REAJUSTE

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a pagar à Universidade, até o dia 15 de cada mês o valor de R\$ _____,____ (_____), como retribuição pela ocupação da área física, descrita na cláusula primeira deste termo.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

O reajustamento de preços será anual, com base na variação do IPCA ocorrida no período, conforme determina a Legislação Vigente. A periodicidade do reajuste poderá ser modificada em decorrência de dispositivo legal superveniente, ficando neste caso fixada a menor periodicidade permitida legalmente.

CLÁUSULA QUARTA *DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA deverá atender às exigências da UFSM ou outro órgão competente relacionadas com as medidas de segurança, prevenção e combate ao fogo.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

À PERMISSIONÁRIA caberá total responsabilidade pela adoção de qualquer tipo de seguro contra riscos a que estiver sujeito o seu estabelecimento ou seus funcionários.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

À PERMITENTE não caberá qualquer responsabilidade quanto a indenização ou outra forma de ressarcimento, pelos eventuais danos ou prejuízos que possa sofrer a PERMISSIONÁRIA causado por roubo, furto, fogo ou fenômenos climáticos.

CLÁUSULA QUINTA *DESOCUPAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO*

Findo o prazo de Permissão, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a desocupar e entregar, no último dia de vigência do Termo de Permissão, o espaço físico que lhe havia sido destinado, o que fará independente de qualquer aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A entrega do espaço físico desocupado será feita a funcionário designado pela Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM, de cujo ato será lavrado termo de vistoria e recebimento, com ciência da PERMISSIONÁRIA. Na hipótese de ser constatado qualquer dano, a PERMISSIONÁRIA deverá ser responsabilizada e indenizar os danos apontados pelo laudo, ou poderão ser adotadas outras medidas julgadas convenientes pela Administração, conforme prevê o artigo 67, parágrafo 2º da Lei n. 8666/93.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Quando da entrega do espaço físico, por ocasião do término desta permissão de uso, o mesmo deverá ser entregue com todas as benfeitorias efetuadas durante o período, de acordo com a subcláusula da Cláusula Segunda, podendo ser retirados apenas os equipamentos relativo ao sistema de monitoramento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A retirada dos equipamentos será de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA SEXTA *DA FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO*

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A fiscalização da PERMISSIONÁRIA será exercida pela Coordenadoria de Comunicação Social/UFSM.



SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A PERMISSIONÁRIA obrigará-se a cumprir toda a legislação fiscal, social, trabalhista e previdenciária, pontualmente, cabendo o direito à UFSC, por seus órgãos e agentes, acesso à documentação, quando solicitar, para fiscalização complementar à dos respectivos órgãos públicos.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Em atendimento ao artigo 67 da Lei 8.666/93 a indicação de Gestor e Gestor substituto para o Termo de Permissão será formalizada por meio de emissão de Portaria.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS INFRAÇÕES

Além das situações previstas expressamente n. Lei 8.666/93 e no Termo de Permissão, a PERMISSIONÁRIA ao cometer a infração a seguir relacionada, ficará, por igual, sujeita às penalidades estabelecidas pela PERMITENTE:

- a) Transferir, alugar, subalugar, doar ou, mediante a utilização de qualquer artifício, passar para terceiros, durante a vigência da permissão, mesmo permanecendo em seu nome, as obrigações e/ou responsabilidades assumidas perante a PERMITENTE.
- b) Não pagar os custos do consumo de energia elétrica de toda a área, não providenciar o sistema de videomonitoramento de segurança, não efetuar a limpeza e a manutenção da área comum, incluindo reparos, cercamento e iluminação da área comum e todas as obrigações previstas na cláusula segunda deste Termo de permissão

CLÁUSULA OITAVA DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

As sanções contratuais são as previstas no artigo 77, da Lei nº 8666, de 21.06.93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Termo de Permissão.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Na hipótese de atraso no pagamento dos valores devidos pela PERMISSIONÁRIA, referente às contrapartidas previstas, acrescer-se-á correção monetária calculada por índices oficiais, até o seu efetivo pagamento, bem como de juros de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total devido no primeiro mês, a partir do segundo mês de inadimplemento será cobrado 4% (quatro por cento).

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Decorridos 60 (sessenta) dias de atraso no pagamento da retribuição, o Termo de Permissão será automaticamente rescindido, sem prejuízo da cobrança de multas previstas no presente Termo de Permissão e penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Será passível de penalidade a PERMISSIONÁRIA que infringir qualquer dispositivo legal (federal, estadual e/ou municipal); não cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Permissão e/ou desobedecer às normas e procedimentos emanados da Pró-Reitoria de Infraestrutura/UFSM e Coordenadoria de Comunicação Social, complementares a este Termo.

- As penalidades a serem aplicadas são:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa,
- c) Cancelamento da Permissão e conseqüente anulação da Licença de Funcionamento.

- A multa para qualquer infração ao que estabelece o presente Termo de Permissão será de valor único e igual a três vezes o valor da contrapartida devida.

SUBCLÁUSULA QUINTA

O reajuste do valor da multa ocorrerá com base na variação do IPCA.

CLÁUSULA DÉCIMA *DA VIGÊNCIA DO TERMO DE PERMISSÃO*

O presente Termo de Permissão vigorará pelo prazo de **60** (sessenta) meses a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA *DA RESCISÃO DA PERMISSÃO*

Independentemente do fiel cumprimento das obrigações, poderá a UFSM rescindir a qualquer tempo a Permissão, com aviso prévio de 60 dias, caso deseje dar nova destinação ao espaço físico ou modificar o uso das áreas adjacentes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

O órgão competente para sugerir ao Reitor, a qualquer tempo, a rescisão da Permissão será a Coordenadoria de Comunicação Social/UFSM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA *DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO*

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a manter, durante a vigência deste Termo, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório. A qualquer tempo a PERMITENTE poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
ANTICORRUPÇÃO LEI Nº. 12.846/2013

Para a execução deste Termo de Permissão, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DO FORO

Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente ajuste o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.